



SED-SC

**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE SANTA
CATARINA**

PROFESSOR - DIREITO

EDITAL N.º 793/SED/2026

CÓD: OP-147MR-26
7908403590711

Conhecimentos Gerais

1. Fundamentos legais e normativos da educação brasileira e catarinense; Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: direitos e garantias fundamentais, direitos sociais e disposições constitucionais sobre educação.....	9
2. Estatuto da Criança e do Adolescente: direito à educação, proteção integral e convivência familiar e comunitária.....	12
3. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) e suas alterações: estrutura, princípios e organização das etapas e modalidades da educação básica.....	52
4. Plano Nacional de Educação e Plano Estadual de Educação de Santa Catarina: metas, estratégias e avaliação da política educacional.....	72
5. Lei Complementar Estadual n.º 170/1998: Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina.....	72
6. Marcos legais da educação inclusiva e da educação especial.....	83
7. Legislação sobre história e cultura afro-brasileira, africana e indígena e sua implementação curricular.....	84
8. Gestão democrática do ensino público: fundamentos legais e instâncias colegiadas.....	85
9. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Santa Catarina: direitos, deveres, responsabilidades e regime disciplinar.....	90
10. Currículo e organização do trabalho pedagógico.....	105
11. Base Nacional Comum Curricular: competências gerais, áreas do conhecimento, componentes curriculares e etapas da educação básica.....	109
12. Proposta Curricular de Santa Catarina: fundamentos históricos e concepções pedagógicas; Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense: princípios, estrutura e articulação com a BNCC.....	109
13. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense: formação geral básica, itinerários formativos, trilhas de aprofundamento e organização curricular vigente.....	109
14. Educação Profissional e Tecnológica: diretrizes curriculares nacionais e normas estaduais vigentes.....	113
15. Integração curricular: interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e contextualização do conhecimento.....	114
16. Avaliação da aprendizagem e avaliação institucional: concepções, indicadores educacionais e uso dos resultados para melhoria da qualidade.....	118
17. Planejamento educacional e organização do trabalho escolar.....	124
18. Diversidade, direitos humanos e proteção integral.....	124
19. Educação em direitos humanos: princípios, marcos normativos e práticas escolares.....	128
20. Educação para as relações étnico-raciais: combate ao racismo, valorização da diversidade e implementação curricular.....	131
21. Educação escolar indígena, quilombola e do campo: especificidades e marcos legais.....	136
22. Diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, linguística e sociocultural: reconhecimento e promoção de equidade no contexto escolar.....	141
23. Inclusão, acessibilidade e Desenho Universal para a Aprendizagem: estratégias e adaptações para a educação para todos.....	147
24. Convivência escolar, cultura de paz e prevenção às violências: estratégias de mediação e práticas restaurativas.....	151
25. Saúde mental na escola: competências socioemocionais, bem-estar e trabalho intersetorial.....	157
26. Proteção de dados pessoais de crianças e adolescentes no contexto educacional.....	163
27. Tecnologias, inovação e contemporaneidade.....	168
28. Tecnologias digitais na educação e na gestão pública: fundamentos, potencialidades e desafios.....	175
29. Cultura digital, letramento digital e cidadania digital: habilidades, responsabilidade e participação crítica.....	180
30. Uso pedagógico e administrativo de plataformas, ambientes virtuais de aprendizagem e recursos educacionais abertos.....	182
31. Ensino híbrido e educação a distância: modelos, regulamentação e aplicações.....	188
32. Inteligência Artificial na educação: aplicações éticas e potencial transformador no ensino e na gestão.....	189
33. Segurança da informação, proteção de dados pessoais (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e governança digital no ambiente educacional.....	193

ÍNDICE

34. Inovações científicas e tecnológicas contemporâneas e seus impactos no mundo do trabalho e na sociedade	207
35. Administração pública, ética e contextos	207
36. Princípios constitucionais da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência ..	208
37. Ética no serviço público: deveres, conflito de interesses, integridade, transparência e responsabilidade	212
38. Lei de Acesso à Informação: transparência ativa, passiva e sigilo	218
39. Relações humanas no trabalho: comunicação, trabalho em equipe e resolução de conflitos	225
40. Aspectos históricos, culturais, geográficos, sociais, políticos e econômicos de Santa Catarina e do Brasil contemporâneo relevantes para a compreensão das dinâmicas educacionais e administrativas	232

Metodologia da Prática Docente

1. Fundamentos da educação	247
2. Teorias do desenvolvimento e da aprendizagem. Principais teorias educacionais e suas implicações para a prática pedagógica: behaviorismo, construtivismo, perspectiva histórico-cultural e abordagem histórico-crítica	253
3. Perspectivas filosóficas e sociológicas da educação: função social da escola e relação entre educação, sociedade e cultura	265
4. Desenvolvimento cognitivo, socioafetivo, moral e psicomotor ao longo da vida: implicações para o planejamento em cada etapa da educação básica.....	267
5. Processos de aprendizagem: mediação pedagógica, interação, linguagem e formação de conceitos	268
6. Abordagens contemporâneas: aprendizagem socioemocional, protagonismo estudantil e contribuições da neurociência para a educação	269
7. Didática, planejamento e organização do ensino	270
8. Didática como campo de conhecimento: concepções e relação com a prática docente.....	271
9. Planejamento anual, sequências didáticas e planos de aula: elaboração, intencionalidade pedagógica e articulação curricular.....	275
10. Projeto Político- Pedagógico: concepção, elaboração participativa, implementação e avaliação	283
11. Gestão da sala de aula: mediação, clima relacional e rotinas pedagógicas	285
12. Práticas interdisciplinares e transdisciplinares: projetos integradores e temas contemporâneos transversais	286
13. Organização do trabalho pedagógico: tempos, espaços, agrupamentos e ambientes de aprendizagem	293
14. Metodologias de ensino e inovação pedagógica	294
15. Metodologias ativas, colaborativas, investigativas e interativas: fundamentos e aplicações em sala de aula	295
16. Aprendizagem baseada em problemas e em projetos: concepção, etapas e avaliação	296
17. Ensino híbrido, rotação por estações e personalização da aprendizagem.....	296
18. Cultura maker, design thinking e aprendizagem por desafios	297
19. Gamificação e uso de jogos na aprendizagem	298
20. Uso pedagógico das tecnologias digitais: ferramentas, plataformas e ambientes virtuais no cotidiano escolar	301
21. Estratégias diferenciadas para o desenvolvimento de competências e habilidades segundo a BNCC	302
22. Aprendizagem cooperativa e colaborativa: estruturas, interdependência positiva e responsabilidade individual	303
23. Avaliação e acompanhamento da aprendizagem. Concepções de avaliação e sua função pedagógica. Tipos de avaliação: diagnóstica, formativa e somativa. Instrumentos e técnicas de avaliação: portfólios, rubricas, autoavaliação e outros registros	304
24. Avaliação por competências e habilidades: critérios e indicadores.....	306
25. Recuperação paralela e progressão da aprendizagem.....	307
26. Avaliação institucional interna e externa: interpretação e uso pedagógico dos resultados.....	308

ÍNDICE

27. Indicadores educacionais e qualidade da educação: taxa de aprovação, abandono, distorção idade-série e resultados de avaliações de larga escala	309
28. Educação inclusiva, convivência e equidade. Educação inclusiva na perspectiva da educação para todos: marcos históricos, legislação e modelos	310
29. Atendimento Educacional Especializado: público-alvo, serviços e articulação com a sala comum	316
30. Adaptações e flexibilizações pedagógicas: currículo, metodologia, avaliação e recursos	318
31. Desenho Universal para a Aprendizagem: princípios e aplicações	319
32. Acompanhamento de estudantes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e altas habilidades.....	320
33. Diversidade étnico-racial, de gênero e sexual na escola: práticas inclusivas e antidiscriminatórias.....	321
34. Convivência escolar, mediação de conflitos e práticas restaurativas.....	322
35. Articulação escola-família-comunidade: participação e corresponsabilidade.....	323
36. Gestão pedagógica e desenvolvimento profissional.....	324
37. Gestão democrática e participação na escola: conselhos e instâncias colegiadas	325
38. Formação continuada de professores: modelos, comunidades de prática e desenvolvimento profissional em serviço.....	331
39. Trabalho colaborativo entre docentes e equipes técnico-pedagógicas	332
40. Melhoria contínua da qualidade educacional: planejamento, monitoramento, avaliação e revisão de práticas.....	332
41. Acompanhamento pedagógico como suporte ao desenvolvimento docente	333

Conhecimentos Específicos

Professor - Direito

1. Fundamentos do Direito público e privado: fontes, princípios e ordenamento jurídico	341
2. Direito Constitucional: princípios fundamentais.....	346
3. Direitos e garantias fundamentais	347
4. Organização do Estado e competências.....	358
5. Direito Administrativo: princípios	366
6. Atos administrativos	371
7. Responsabilidade do Estado	384
8. Controle da Administração Pública.....	388
9. Direito Civil: personalidade jurídica	395
10. Negócios jurídicos.....	396
11. Obrigações	408
12. Responsabilidade civil.....	424
13. Direito do Trabalho: contrato de trabalho, jornada, remuneração, rescisão, estabilidade, saúde e segurança, proteção de grupos vulneráveis e direito coletivo	430
14. Direito do Consumidor e Direito Digital: relações de consumo e marco civil da intern.....	438
15. Direito Ambiental: princípios e legislação aplicada	443
16. Direito Educacional: legislação da educação básica e profissional e responsabilidades dos agentes educacionais.....	451
17. Mediação e formas alternativas de resolução de conflitos.....	471
18. Ética, justiça e direitos humanos: fundamentos e aplicações no contexto educacional e profissional	471
19. Educação Profissional e Tecnológica: diretrizes curriculares nacionais e normas estaduais vigentes	477
20. Metodologias ativas no ensino de Direito: estudos de caso, simulações e uso de tecnologias digitais	482
21. Educação Profissional e Tecnológica: Resolução CNE/CP n.º 1/2021 e Resolução CEE/SC n.º 001/2022.....	487

ÍNDICE

22. Organização e funcionamento da SED/SC: estrutura administrativa, Gerências Regionais de Educação e articulação com as unidades escolares	512
23. Sistema Estadual de Ensino: Lei Complementar n.º 170/1998, órgãos normativos, deliberativos e executivos	517
24. Rede pública estadual: etapas, modalidades, políticas e programas estruturantes	517
25. Plano Estadual de Educação: metas e estratégias prioritárias	524
26. Indicadores educacionais: aprovação, reprovação, abandono e distorção idade-série; uso para diagnóstico e tomada de decisão	524
27. Avaliações externas: Saeb, Saesc e outros instrumentos; interpretação e uso dos resultados	525
28. Financiamento da educação pública: Fundeb, transferências constitucionais e prestação de contas	527
29. Regime jurídico dos servidores: direitos, deveres e responsabilidades.....	532

CONHECIMENTOS GERAIS

FUNDAMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E CATARINENSE; CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988: DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DIREITOS SOCIAIS E DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS SOBRE EDUCAÇÃO

(...)

► Educação, Cultura e Desporto

Educação:

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino:

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGGdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático - científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§2º O disposto neste artigo aplica - se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré - escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

AMOSTRA

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§2º O não - oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer - lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o §1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§2º Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário - educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário - educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212 - A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212 - A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212 - A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

METODOLOGIA DA PRÁTICA DOCENTE

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

Fundamentos da Educação¹

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações, experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

► Fundamentos Sociológicos

No Brasil, convivem lado a lado, uma Sociologia de Educação cética com relação à ordem existente, baseada em modelo marxista, uma outra baseada em metodologia de pesquisa empírica e, ainda outra que, rejeitando ambas as abordagens, adota perspectivas de inspiração interacionista, fenomenológica ou etnometodológica. As diferenças entre os referenciais teóricos, os temas tratados e a orientação política são tão grandes que talvez fosse mais correto falar em Sociólogos da Educação.

Nos últimos vinte anos pertencem a Althusser (1970), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu e Passeron (1970) e Michael Yong (1971), os estudos que marcaram e delimitaram o campo da Sociologia Educacional. Estes estudos postulam que a produção e reprodução das classes reside na capacidade de manipulação e moldagem das consciências, na preparação de tipos diferenciados de subjetividade de acordo com as diferentes classes sociais.

A escola participa na consolidação desta ordem social pela transmissão e incubação diferenciada de certas ideias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia. Os estudos centram-se nos mecanismos amplos de reprodução social via escola.

Num outro eixo, encontramos os ensaios da Nova Sociologia da Educação preocupados em descrever as minúcias do funcionamento do currículo escolar e seu papel na estruturação das desigualdades sociais. A Nova Sociologia da Educação coloca a problematização dos currículos escolares no centro da análise sociológica de Educação.

A Sociologia da Educação, hoje, aborda como tema central de discussão: o papel da educação na produção e reprodução da sociedade de classes. A Educação facilmente descobre que um dos lugares eminentes de sua teoria e de sua prática está no interior dos movimentos sociais. Cabe, pois, a escola o papel de preparar técnica e subjetivamente as diferentes classes sociais para ocuparem seus devidos lugares na divisão social.

Bourdieu e Passeron percebem como essa divisão é mediada por um processo de reprodução cultural. Sabemos que as forças culturais que atuam sobre o comportamento precisam ser conhecidas para um melhor planejamento e, conseqüentemente, melhor ensino. De particular interesse para o processo educativo são os fatores familiares, o grupo de adolescentes a que se filia ("a turma") e a escola.

As condições do ambiente forjam a sua resposta ou reticência, aos estímulos, formando padrões de hábitos que encorajam ou desencorajam as atividades que motivam ou desmotivam a aprendizagem. O comportamento em classe está estritamente relacionado com o ambiente familiar e a sua posição socioeconômica. Fatores estes ocasionadores de procedimentos antissociais ou de extrema instabilidade e falta de amadurecimento.

A "turma" é de vital importância para o adolescente que, ao "enturmar-se", prefere os padrões de seu grupo aos dos adultos, algumas vezes diminuindo até o seu rendimento escolar para satisfazer o seu grupo. O aluno, ser temporal e espacial, vivendo dentro de uma comunidade, pertencendo a um grupo social, participando de instituições várias, possuindo um "status" socioeconômico, para integrar-se aos padrões de comportamento social necessita de um atendimento dentro da sua realidade individual.

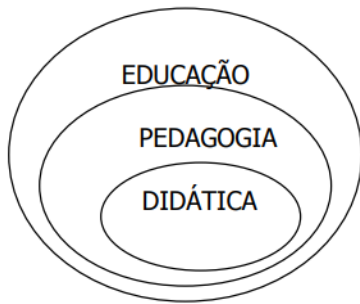
A organização de currículos, programas e planejamentos de ensino alienados da realidade social não é de natureza prática e não conduz a motivação. No entanto, como os grandes educadores e pedagogos, deveríamos ir muito além, formando "conceitos humanísticos" que superam dialeticamente o individual e o social para fazer surgir o ser humano integral, dando ao educando condições de adaptação em qualquer tipo de sociedade no tempo e no espaço.

► Fundamentos Psicológicos

Iniciemos situando Educação como o âmbito amplo que abarcaria, numa representação espacial, em círculos concêntricos, a Pedagogia e a Didática, como no esquema que segue.

¹ <https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/>

AMOSTRA



A Educação compete todos os detalhes, em toda a amplitude das situações que produzem ou provocam aprendizagem. Consideramos Educação como o campo característico da categoria dos humanos, porque a definimos como a esfera das aprendizagens. Ela é característica do humano, uma vez que o homem tem como sua marca definidora o fato de ser um ser de cultura, por conseguinte, um ser que aprende.

Aprender pode ser definido como a forma construída pelo bicho-homem de enfrentamento da realidade que o circunda e que lhe permite sobreviver ou, mais ainda, que lhe permite transformar o seu entorno com vistas a sua felicidade. Em face da complexidade e da amplitude dos fenômenos que regem os atos de aprender, a sua abordagem é intrinsecamente interdisciplinar. Assim, educação se faz obrigatoriamente a partir dos múltiplos enfoques.

No esquema acima, a passagem do exterior ao interior está associada a um movimento cada vez mais especializado, do informal ao formal. Assim, Educação na região exterior à Pedagogia, compreenderia as responsabilidades e as atuações da sociedade como um todo em suas ações (não propriamente intencionais) provocadoras de aprendizagens. Tratar-se-ia da atmosfera que se gera, pelo tipo de organização social e material dos agrupamentos humanos.

Na Pedagogia, restringe-se a amplitude para reforçar a profundidade da abordagem dos fenômenos do aprender. Para explicar a Pedagogia, é útil passar-se à definição da Didática, uma vez que aquela abarca esta.

A Didática é a parte da Pedagogia que se ocupa das aprendizagens complexas que requerem sistematização e organização. A Pedagogia pode ser entendida como o contexto que possibilita a Didática. Ela se ocupa do ambiente que possibilita as aprendizagens mais pontuais e específicas dos campos científicos, que configuram as disciplinas escolares.

A Didática é a ciência que dá conta de fazer com que alguém, não tendo um certo conhecimento, passe a tê-lo; isto é, ela se ocupa da construção dos conhecimentos, na perspectiva construtivista. Porém o que são conhecimentos? Quais suas características definidoras? Quais suas relações com o saber? O que saber e conhecimento têm em comum e em que divergem? Há entre eles precedência ou complementaridade? Estas e outras perguntas serão abordadas, a seguir, através da conceituação e classificação de quatro produtos da aprendizagem.

▪ Produtos de Aprendizagem

Dentre os múltiplos ângulos em que a aprendizagem pode ser analisada, merece importância a caracterização dos tipos de produtos que dela derivam. Propomos o esquema que segue, como síntese de uma abordagem destes produtos.

	Não Sistematizada	Sistematizada
Não transformadora	Chute	Conhecimento
Transformadora	Saber	Práxis

Consideramos nestes produtos de aprendizagem dois atributos principais: a sua sistematização e a sua capacidade de transformação. A combinatória da presença ou da ausência desses dois atributos caracteriza os quatro espaços deste esquema, isto é, o chute, o saber, o conhecimento e a práxis.

Denominamos **chute** um produto da aprendizagem não sistematizado e não transformador. Chute pode ser tomado como algo aproximado a improviso. Como define o dicionário Aurélio, improviso é um produto intelectual inspirado na própria ocasião e feito de repente, sem preparo.

Observemos que estamos nos atendo à definição de improviso, enquanto produto intelectual sem preparo, que é o chute. Não consideramos, neste contexto, a validade da intuição ou da espontaneidade, que também podem estar embutidas no sentido comumente dado à palavra improviso. Chute, portanto, tem aqui a conotação de algo aprendido muito superficialmente, localizado, sem nenhuma generalização.

Chamamos de **saber** o produto de aprendizagem não sistematizado, mas transformador. Um produto de aprendizagem é transformador na medida em que acrescenta ser a quem aprende, modificando lhe em algo a maneira de viver.

Uma aprendizagem não é sistematizada quando ela é apenas descritiva de etapas de soluções de um problema, sem entrar na análise desta solução. O saber implica num valor capaz de mobilizar energias de quem aprende, a ponto de levá-lo a novas formas de vida.

Chamamos de **conhecimento** um produto de aprendizagem sistematizado, mas não transformador. Uma aprendizagem não é transformadora, quando ela somente instrumentaliza teoricamente de forma desvinculada da prática.

Um produto de aprendizagem não é transformador quando apenas ilustra, sem mover o aprendiz a incorporar nova postura existencial ou nova capacitação prática. Um produto de aprendizagem é sistematizado, quando ele chega à explicação das causas dos problemas enfrentados; e isto de forma organizada. Esta organização pode ser explicitada em livros ou similares, por escrito.

O saber transforma, mas não é sistematizado. O conhecimento é sistematizado, mas não é transformador.

O saber é pessoal; e o conhecimento é social ou socializável, na medida em que pode ser ou é sistematizado. O saber é mais ligado à ação, enquanto o conhecimento é mais ligado à reflexão e à linguagem. O saber tem mais a ver com percepções e movimentos, enquanto o conhecimento tem mais a ver com as palavras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS DO DIREITO PÚBLICO E PRIVADO: FONTES, PRINCÍPIOS E ORDENAMENTO JURÍDICO

DIREITO PRIVADO

Trata-se o Direito Privado de um acoplado de normas jurídicas, que tem o objetivo de disciplinar as relações privadas que são estabelecidas entre os particulares. Tal conceito o distingue do Direito Público, que é um acoplado de normas jurídicas que possuem o condão de disciplinar as relações de cunho público que de alguma forma envolvem o Estado como um todo.

Personalidade Jurídica

Personalidade Jurídica é a possibilidade que qualquer pessoa possui, ou não, para ser titular de relações jurídicas eivadas de direitos e obrigações. É de competência da lei estabelecer o capacitados para possuir personalidade jurídica.

O Código Civil Brasileiro, dispõe em seu art. 2º que a personalidade civil das pessoas é adquirida no momento do nascimento com vida, vindo a se encerrar com a morte. Desta forma, sem qualquer distinção de raça, cor ou credo, todos os seres humanos possuem personalidade jurídica que vem acompanhada de uma série de direitos de personalidade, como o direito à honra, à vida e à integridade física, dentre outros.

Sendo correto que todas as pessoas possuem o direito de gozar de direitos, uma vez que a capacidade de gozo de direitos é entregue a todos aqueles que possuem personalidade jurídica, a realidade é que nem toda pessoa possui capacidade para exercer de forma total e nem mesmo de maneira parcial os seus direitos, bem como responder pelas suas obrigações, uma vez que a capacidade de exercício de direitos pode vir a ser maior ou menor como um todo. A capacidade jurídica é dada a uma pessoa, na medida em que esta passa a possuir a capacidade de ser sujeito de relações jurídicas.

Pessoa Jurídica

As pessoas jurídicas pátrias estão elencadas no art. 44 do Código Civil Brasileiro de 2002, Lei 10.406/2006 que dispõe que são pessoas jurídicas de direito privado: as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada.

A Pessoa Jurídica de acordo com a legislação pátria, consiste em um acoplado de pessoas ou bens, provido de personalidade jurídica própria e constituído sob os parâmetros da legislação.

Para que a Pessoa Jurídica exista, são necessários alguns requisitos. Vejamos:

- Que haja a vontade humana para que seja criado um grupo de pessoas ou de bens;

- Que haja a elaboração prévia de ato constitutivo que se trata de estatuto ou contrato social, caso seja pessoa jurídica de direito privado ou na dependência de lei ou ato administrativo caso seja de direito público;
- Que haja o prévio registro do ato constitutivo no órgão competente, nos termos do art. 45 do Código Civil Brasileiro;
- Que haja a licitude do objeto dentro dos parâmetros do art. 104, II, do Código Civil Brasileiro.

De acordo com o art. 40 do Código Civil, as pessoas jurídicas admitidas pelo Direito brasileiro classificam-se em pessoas de direito público, sendo este, interno ou externo, como por exemplo, as fundações públicas e as autarquias, e pessoas de direito privado, que trata-se do caso das associações e das organizações religiosas.

Observação importante: As associações encontram-se no âmbito de disciplina do direito público. Já as organizações religiosas estão dispostas no campo do direito privado.

Ressalta-se que as pessoas jurídicas de direito privado se encontram classificadas em duas categorias, sendo que por um ângulo, estão as estatais e, por outro, as particulares. Pondera-se que para essa classificação é de suma importância analisar a origem dos recursos que são empregados na constituição da pessoa, tendo em vista que serão sempre estatais aqueles entes e pessoas que para a constituição de tal capital existiram o encargo e a contribuição do Poder Público, como é o caso das sociedades de economia mista e das empresas públicas, por exemplo, bem como as particulares que são constituídas somente com recursos particulares.

Por fim, destaca-se que a pessoa jurídica de direito privado particular se encontra revestida das seguintes formas:

- a) Por meio de fundação;
- b) Por meio de associação;
- c) Por meio de cooperativa;
- d) Por meio de sociedade;
- e) Por meio de organização religiosa;
- f) Por meio de partidos políticos;
- g) Por meio de empresas individuais de responsabilidade limitada.

AMOSTRA

Responsabilidade

Com previsão no art. 37, §6º da Constituição Federal, a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, possuem a responsabilidade de forma objetiva em relação aos danos que seus agentes vierem a causar aos usuários. Depois de condenado a indenizar o dano causado pelo agente a um terceiro, a administração posteriormente, deterá o direito da promoção de uma ação regressiva contra o agente causador do prejuízo.

Levando em consideração o princípio da isonomia, denota-se que a responsabilização relativa aos não usuários destes tipos de serviços, poderá também ser aplicada de forma objetiva. Tal fato passou a ocorrer a partir de determinado entendimento do Superior Tribunal Federal, que levou em consideração o princípio da isonomia. Nesse sentido, vejamos um clássico exemplo em forma teses de repercussão geral no RESP nº 591874 do STF:

RE 591874 – *A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não usuários do serviço, segundo decorre do art. 37, § 6º, da Constituição Federal.*

Por fim, registra-se que no âmbito da responsabilidade extracontratual, poderá, ainda, a administração vir a responder pela forma objetiva em relação aos terceiros, desde que haja fundamentação comprovada na teoria do risco administrativo, o que, nesses casos, dispensa-se a comprovação de dolo ou culpa por parte dos prestadores de serviços como um todo, contanto que para que exista a excludente de responsabilidade, indispensável e necessária será que haja a comprovação de caso fortuito ou força maior.

Fato Jurídico

Fato jurídico é todo e qualquer fato eivado de ordem física ou social, inserido em determinada estrutura normativa. É um fato juridicamente qualificado, um evento por intermédio do qual as normas jurídicas já se encarregaram de atribuir determinadas consequências, vindo a configurá-lo e tipificá-lo de forma objetiva.

Segundo o Direito Romano, o Direito nasce do fato, *ex facto oritur jus*. Entretanto, muitas vezes, esse vocábulo é empregado de forma incorreta. Sobre o assunto, o renomado Miguel Reale em Lições Preliminares de Direito, salienta que:

“ (...) não há símile possível entre as leis físico-matemáticas, que procuram retratar de maneira neutra e objetiva a realidade, e as leis jurídicas, que marcam sempre uma posição espiritual, uma atitude crítica e valorativa do homem perante os fatos. Não raro, essa tomada de posição perante os fatos, tais como os lesivos a pessoas e bens, culmina na instauração de regras tendentes a impedir que os mesmos se repitam, ou que fiquem impunes os seus autores: longe de se conformarem aos fatos, como ocorre com as leis físicas, as regras jurídicas se contrapõem aos fatos, quando assim o 186 exige o bem comum. Uma das características, aliás, do Direito atual é o seu sentido dinâmico e operacional, interferindo positivamente no processo social.” (MIGUEL REALE, p.186).

Ressalta-se que o Direito se origina do fato, porque, não havendo um acontecimento que o justifique, não existirá fundamento para que seja estabelecido qualquer vínculo de significação jurídica. Quando se menciona a expressão fato jurídico,

se refere a um fato juridicamente qualificado, um evento por meio do qual as normas jurídicas já se encarregaram de atribuir determinadas consequências, vindo a configurá-lo e tipificá-lo de forma objetiva.

Ressalta-se que o fato figura como espécie de fato prevista na norma, e que, feito isto, passa a figurar como efeito juridicamente qualificado, em decorrência da correspondência do fato concreto ao fato-tipo pormenorizado e modelado na regra de direito. Assim sendo, o fato se encontrará presente tanto no início como no fim do processo normativo, como fato-tipo, que já se encontrava previsto na regra, e também como fato concreto, no momento em que for aplicado.

Percebemos ainda, que o fato também pode servir como elemento de mediação entre os dois elementos componentes da regra de direito. Isso ocorre entre a previsão que há na regra de um fato-tipo e o efeito que ela pode atribuir em relação à ocorrência ou não do fato previsto.

Existem fatos que servem apenas para modificar a relação jurídica. São eles:

- **Constitutivos:** possuem o poder de gerar o direito postulado pelo autor e, caso tal direito seja demonstrado, acarretará à procedência do pedido. Exemplo: em ação de cobrança de determinada quantia, o mútuo da quantia e o vencimento da dívida são o que darão formação aos fatos constitutivos do direito do autor na lide.
- **Extintivos:** são fatos que fazem perecer o direito postulado pelo autor em demandas judiciais.
- **Modificativos:** são fatos que implicam diretamente na alteração da diminuição ou da mudança de natureza do direito que derivaria do fato constitutivo por levar ao não, o reconhecimento do direito que o autor alegou.

Observação Importante: Distinção fundamental deve ser feita entre o fato em sentido estrito, como acontecimento natural e o ato como fato resultante da volição humana, no caso, o comportamento.

O Direito nasce do fato e a ele se destina, obedecendo sempre a determinadas medidas de valor consubstanciadas na norma em si.

Negócios Jurídicos: erro, dolo, culpa e coação

Negócio jurídicos são tipos de atos jurídicos que advém de um ato de vontade plena, vindo a implicar a declaração expressa de vontade a ser instaurada em uma relação entre dois ou mais sujeitos, levando em conta a percepção de um objetivo protegido pelo ordenamento jurídico como um todo.

Ressalta-se que os atos jurídicos que alcançam uma relação intersubjetiva, não se confundem com o ato jurídico em sentido estrito, no qual não há existe acordo de vontades. É o caso dos denominados atos materiais, como por exemplo, os da ocupação ou posse de um terreno, dentre outros.

Erro

Trata-se o erro de representação falsa de realidade por meio da qual, o agente acaba por se enganar de maneira solitária. Ressalta-se que não é qualquer tipo de erro que se encontra dotado de capacidade para anular os negócios jurídicos, devendo ser o erro de forma substancial ou essencial, bem como escusável, nos termos do artigo 139 do Código Civil Brasileiro. Vejamos: